



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Projeto Básico tem por objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de tela de sombreamento para proteção solar no estacionamento no prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, na rua Des. Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS - CEP 79037-100, conforme descrição do objeto no capítulo III deste Termo de Referência.

2. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para AQUISIÇÃO IMEDIATA, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA

1. A presente contratação tem por finalidade melhorar as condições do estacionamento propiciando proteção para os veículos do Prédio Sede contra as intempéries.

CAPÍTULO III - DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E PREÇO MÁXIMO

1. Os serviços a serem contratados estão detalhados abaixo:

Item	Descrição Sumária do serviço		
01	Fornecimento e instalação de sombrites (tela de sombreamento)		
Unidade	Quantidade	Preço máximo Unitário	Preço máximo total
Serviço	01	19.500,00	19.500,00

1.1 Nos serviços devem estar inclusos os seguintes materiais/serviços:

- fornecimento e instalação de 08 telas de sombreamento para proteção solar de dimensão 7,00 x 3,70 m, com densidade 190 g/m² de aproximadamente 86% de sombreamento. Cor Prata (devem ser instaladas individualmente).
- fornecimento e instalação de 01 tela de sombreamento para proteção solar de dimensão 7,95 x 4,50 m, com densidade 190 g/m² de aproximadamente 86% de sombreamento. Cor Prata (devem ser instaladas individualmente).
- 09 conjuntos de Cabos de aço.

d) 10 ganchos Soldados no meio de cada braço metálico para reforço na segurança contra ação do vento, com retoque da pintura nas áreas de solda.

e) instalação de 01 (um) Braço Metálico de 4,50 m (fornecido pelo TRE-MS).

2. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

3. Os serviços deverão ser executados no estacionamento do prédio-sede do TRE/MS, em até 45 (quarenta e cinco) dias e terão início a partir do recebimento da Nota de Empenho.

3.1. A contratada deverá informar a Fiscalização que concluiu os serviços, em até (05) dias após o seu término.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo da prestação dos serviços, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

4.1. A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

7. O recebimento definitivo será realizado pela fiscalização e deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da informação da contratada de que os serviços foram executados, nos termos da cláusula 3.1, deste capítulo.

8. Verificada alguma falha na execução do serviço, será feito o registro formal e informado à contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 3 (três) dias úteis.

CAPÍTULO IV – DA ANÁLISE TÉCNICA DA PROPOSTA

1. A análise técnica das propostas, será realizada pela unidade demandante e visa à verificação da conformidade das telas ofertadas pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência (vide alíneas "a" e "b" da cláusula 1.1, capítulo III deste Termo de Referência).

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica a **marca/modelo das telas ofertadas**.

2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado;

2.2. A licitante também poderá anexar à proposta eletrônica catálogo ou folder do produto que contenha as características do produto ofertado;

3. Caso não seja informada a marca/modelo do produto na proposta eletrônica e sendo tal informação necessária para análise da proposta, o Pregoeiro poderá questionar a empresa, via chat, para apresentar as informações e/ou documentações necessárias.

4. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

5. Após esta análise preliminar, estando as telas, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

5.1. Ainda que a marca/modelo tenha sido aceita pelo Pregoeiro, nova análise será realizada no momento da entrega dos produtos e, caso o material não atenda às especificações deste Termo de Referência, o recebimento definitivo não será realizado.

CAPÍTULO V - DA GARANTIA

1. A Contratada deverá dar garantia mínima de 03 anos na tela de Polietileno quanto a ação de intempéries, costura e retirada da tela pela ação do vento.

1.1 Sendo retirada pela ação do vento a Empresa ficará responsável por vir no local e providenciar o conserto. Em caso de rasgo na tela deverá retirá-la, levar para manutenção e após instalá-la no local.

CAPÍTULO VI - DA VISITA/VISTORIA

1. É facultado, porém, altamente recomendado, às empresas interessadas em oferecer proposta **VISITAR e VISTORIAR** o local onde serão prestados os serviços, cujo objetivo é proporcionar o conhecimento necessário à elaboração da proposta de preço.

1.1. Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão agendar a visita junto à Seção de Manutenção Predial por meio do fone (67) 2107-7195, com a servidora Allane ou o servidor Jorge de 2ª a 6ª-feira, das 12h às 18h.

2. Não sendo realizada a vistoria, a licitante não poderá arguir desconhecimento do local, da área ou da infraestrutura existente para se opor à prestação dos serviços.

3. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

4. A participação na licitação a ser realizada para a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas, e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos serviços a serem prestados, bem como para o levantamento dos materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços.

CAPÍTULO VII – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VIII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I =

Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%$, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento/execução do serviço, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais/prestação do serviço em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **10% (dez por cento)** sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento das disposições deste Termo de Referência ou de ordens da fiscalização**;
- b) de **1% (um por cento)** sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado no início / conclusão dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias corridos. Após o trigésimo dia a Administração motivadamente poderá, a qualquer tempo, entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão.
- c) de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;
- d) de **20% (vinte por cento)** do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, assinar a ata de registro de preços ou recusar receber Nota de Empenho;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

CAPÍTULO X - DA FISCALIZAÇÃO

1. A CONTRATANTE designará servidor ou comissão de servidores lotados na Coordenadoria de Engenharia/Seção de Manutenção Predial para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.

1.1. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

2. A Fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, através da emissão de O. S. (Ordens de Serviços) numeradas e, de preferência em duas vias, uma das quais será encaminhada e visada pelo destinatário, só assim produzindo seus efeitos, conforme dispõe o § 1º do Art. 67, da Lei nº 8.666/93.

3. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome deste Tribunal Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

4. A fiscalização exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes.

5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, particularmente quando se referir à correção de deficiências, falhas ou irregularidades na prestação dos serviços.

6. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços, bem como rejeitar materiais, quando entender que a sua execução está irregular e/ou que os materiais/peças empregados não estão de acordo com este Projeto Básico e seus anexos, sem prejuízos das penalidades a que a CONTRATADA ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto à regular execução dos serviços.

7. A fiscalização deverá manter em arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, bem como todos os controles relacionados às obrigações geradas na contratação.

8. A Fiscalização é responsável pela cobrança (formalizada) de documentos necessários ao pagamento da CONTRATADA, sempre que a empresa não os encaminhar juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidas ou venham a vencer antes do pagamento;

8.1 Esta cobrança não exime a responsabilidade de apresentação dos documentos pela CONTRATADA, e sempre que esta deixar de apresentar documentos juntamente com a nota fiscal, ou no caso desses estarem vencidos, tal fato deverá ser objeto de comunicação formal (escrito) da fiscalização à CONTRATADA, com solicitação de retificação e prazo para tanto.

8.2. O Fiscal deverá atestar a nota fiscal, ratificando a execução dos serviços, e verificará a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do TRE/MS, procedendo a prévia solicitação de correção (por meio escrito, com recibo da CONTRATADA), caso seja necessário;

9. A fiscalização deverá obedecer todas as regulamentações do TRE/MS quanto ao acompanhamento e fiscalização dos contratos.

CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

1. Promover, através de servidor designado, o acompanhamento e fiscalização do serviço, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com às condições de preço e prazo estabelecidos neste Projeto Básico;

3. Solicitar a contratada quaisquer documentos necessários ao perfeito acompanhamento dos serviços, sejam de ordem fiscal ou trabalhista;

4. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;

5. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual;

6. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos funcionários da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE relacionadas à execução dos serviços.

CAPÍTULO XII - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1. Realizar a prestação dos serviços decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.

2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada a prestação dos serviços, sendo de inteira responsabilidade da contratada a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto.

4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

5. Prestar o serviço com eficiência e celeridade, resultando em um atendimento de alta qualidade, esclarecendo o que for solicitado e atendendo a eventuais reclamações oriundas da execução dos serviços.

6. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido no Projeto Básico.
8. Utilizar na execução dos serviços equipamentos e ferramentas adequadas e mão-de-obra qualificada.
9. Fornecer uniformes, crachás de identificação, equipamentos de proteção individual e treinamento ao seu corpo de funcionários/técnicos que irão prestar os serviços contratados.
10. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
11. Prestar todas as informações solicitadas pela Fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviço;
12. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização, seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.
13. Quando for o caso, responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive danos à integridade física das pessoas a serviço da CONTRATANTE, decorrentes da prestação dos serviços, seja por ação ou omissão de seus empregados, independentemente da culpa ou dolo dos mesmos.
14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o serviço em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado em contrato, de acordo com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
16. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
17. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
18. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 18.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
19. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS, *na data da assinatura eletrônica.*

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Jorge Alan Albernaz Garcia - Chefe da Seção de Manutenção Predial

Allane Thomaz Meneses Silva - Integrante Demandante

Sônia Aparecida Granja Anelli - Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, Técnico Judiciário, em 31/10/2022, às 12:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1338866** e o código CRC **5E7691CE**.

